



ACÓRDÃO Nº486/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº12362/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Superintendência Municipal de Transportes Urbanos – SMTU.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Francldes Corrêa Ribeiro (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMM.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 598/2022-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual.
Superintendência Municipal de Transportes Urbanos
- SMTU. Exercício de 2019.

*Regularidade com ressalvas. Recomendação.
Ciência. Arquivamento.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Anual da Superintendência Municipal de Transportes Urbanos – SMTU, relativa ao exercício de 2019, sob responsabilidade do Sr. **Francldes Corrêa Ribeiro**, Superintendente e Ordenador de Despesas, dando plena quitação ao responsável, nos termos do art. 22, II, c/c o art. 24, ambos da Lei n.º 2.423/96TCE/AM;

10.2. Recomendar ao Instituto Municipal de Mobilidade Urbana – IMMU que promova maior transparência aos gastos com subsídios pagos às Empresas de Transportes Urbanos, demonstrando os benefícios para o setor público;

10.3. Dar ciência ao Sr. **Francldes Corrêa Ribeiro**, da respectiva decisão;



ACÓRDÃO Nº486/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

10.4. Arquivar os autos, após expirados os prazos legais.

11- Ata: 11ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 6 de Abril de 2022

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral